

1 **CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE**

2 **ATA 07/2010**

3 **DATA: 31 DE MARÇO DE 2010**

4 Aos 31 dias do mês de março de 2010, com início as 18:30 horas, no auditório da
5 Secretaria Municipal da Saúde de Porto Alegre, na Avenida João Pessoa, 325, reuniu-se,
6 em sessão ordinária o plenário do Conselho Municipal de Saúde. Manifesta-se a senhora
7 MARIA LETICIA DE OLIVEIRA GARCIA, Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde
8 de Porto Alegre dizendo que no uso das atribuições que me são concedidas pelas Leis
9 8080/90, de setembro de 1990, 8142/90 de dezembro de 1990, da Lei Complementar
10 277/92 de maio de 1992 e do Regimento Interno aprovado em junho de 2008, declaro
11 aberta a sessão ordinária do Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre
12 deste dia 31 de março de 2010, tendo a seguinte proposta de pauta: 1)Abertura,
13 2)Apreciação da Ata 05/2010, 3)Faltas Justificadas, 4)Pareceres, 5)Informes. Estavam
14 presentes os seguintes conselheiros titulares: **1)JOSÉ ANTONIO DOS SANTOS,**
15 **2)REJANE HAIDRICH, 3)MARIA NOELCI TEIXEIRA, 4)MARIA LETICIA DE OLIVEIRA**
16 **GARCIA, 5)PAULO GOULART DOS SANTOS, 6)MARIA HISAMI TORI, 7)MARIZETE**
17 **FIGUEIREDO RODRIGUES, 8)MARIA IVONE DILL, 9)MARIA ENCARNACION**
18 **MORALES ORTEGA, 10)OSCAR PANIZ, 11)JONAS UBIRATAN FIAD MENDONÇA,**
19 **12)SONIA REGINA CORADINI, 13)HEVERSON LUIS VILAR DA CUNHA, 14)DJANIRA**
20 **CORREA DA CONCEIÇÃO, 15)CARLA ROSANA DA SILVA LOURENÇO, 16)JOSE**
21 **CARLOS SILVEIRA VIEIRA, 17)ROSANGELA BEATRIZ NASCIMENTO DE LIMA,**
22 **18)ALBERTO MOURA TERRES, 19)CLARISSA BASSIN, 20)IGNEZ MARIA SERPA**
23 **RAMMINGER, 21)ANA CLAUDIA PEREIRA DE PAULA, 22)ISIS AZEVEDO DA**
24 **SILVEIRA, 23)MARIA REJANE SEIBEL, 24)BRIZABEL MULLER DA ROCHA,**
25 **25)ALCIDES POZZOBON 26)JOÃO ROBERTO MENEZES, 27)RAFAEL VICCARI DOS**
26 **SANTOS, 28)MARCIA REGINA NUNES.** Como conselheiro suplente estava presente a
27 conselheira **SONIA CIMIRRO GUTERREZ.** Justificaram suas ausências, Carlos Pinheiro,
28 Gilmar Campos, Antonio Losada, Paulo Goulart dos Santos, Lucia Silveira, Flávio Becco,
29 Ione Nichele, Salete Camerini, Laudenir Figueiredo, Pedro Luis da Silva Vargas,
30 Masurquede de Azevedo Coimbra, Silvia Giugliani. No andamento a Coordenadora
31 MARIA LETICIA encaminha a avaliação da **Ata 05/2010**, solicitando ao plenário se há
32 alguma alteração a ser feita. Em não havendo é encaminhada a votação, sendo a mesma
33 **aprovada** por 16 votos favoráveis, nenhum contrário e 1 abstenção. Prosseguindo, são
34 encaminhados os Pareceres. O primeiro **Parecer, de número 14/10 – IMPLANTAÇÃO**
35 **DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR PELA FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E CIDADANIA,**
36 que é apresentado pelo conselheiro OSCAR PANIZ. A Coordenadora MARIA LETICIA
37 solicita então aos conselheiros sobre a necessidade de esclarecimentos. Manifesta-se
38 inicialmente o conselheiro HEVERSON DUTRA, questionando inicialmente se esta
39 proposta de estrutura apresentada é similar aos NASF? E perguntamos também quais as
40 regiões contempladas? Manifesta-se a seguir a Senhora ELIANE, Assistente Social,
41 representante da FASC, dizendo trabalhar na Coordenação da Rede Básica da
42 Fundação, onde este serviço é executado. Atendemos adolescentes que estão no regime
43 aberto, de liberdade assistida, com prestação de serviços à comunidade. As medidas são
44 aplicadas pelos juizes. Este projeto pretende atender a todos os adolescentes que
45 ingressam através de todas as regiões, onde a Fundação tem os adolescentes
46 atendidos. Ou seja, toda a cidade será atendida. Sobre os recursos humanos haverá um
47 edital publico, onde serão selecionados por comissão formada por representantes do
48 Conselho Municipal de Saúde, do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, do
49 Conselho Municipal da Assistência Social, da Secretaria da Saúde e da FASC. O recurso
50 virá do Governo do Estado e servirá para atender Medidas do Meio Aberto. Manifesta-se

51 a seguir o Conselheiro ALBERTO TERRES, dizendo que juntamente com a Conselheira
52 MARIA ENCARNACION fazem parte do Conselho Gestor do PEMSE e temos
53 acompanhado este Programa. Tanto o Estado como o Governo Federal têm políticas
54 específicas para adolescentes em conflito com a Lei. Neste caso, virá recurso do Estado,
55 no valor de 10 mil reais, para cada equipe. O que nós questionamos é a necessidade de
56 um Educador, pois tem Psicólogo e Assistente Social e com o Educador se faria esta
57 relação com a Comunidade. Portanto, nós apoiamos este Projeto, pois é uma Política
58 Afirmativa, para Adolescentes em Conflito com a Lei. Manifesta-se a Senhora BRIZABEL
59 ROCHA, dizendo que a FASC já tem outros Programas, com Entidades conveniadas, que
60 atuam no Programa Ação Rua. A idéia é de que com este Convênio ampliar o
61 atendimento de forma continuada e permanente, pois os recursos deverão vir de forma
62 permanente. Manifesta-se também o conselheiro JOÃO MENMEZES, dizendo ter
63 chamado a atenção que os profissionais serão contratados para uma jornada de 8 horas
64 e nós do SINDISAÚDE entendemos que este é um trabalho estressante tanto que
65 estamos defendendo as 30 horas semanais para os profissionais da saúde. Em nada
66 mais havendo para ser esclarecido a Coordenadora MARIA LETICIA encaminha para a
67 votação do **PARECER 14/10 – IMPLANTAÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR PELA**
68 **FASC**, que é aprovado por 17 votos favoráveis, 2 contrários e 3 abstenções.
69 Prossequindo, registra a Coordenadora MARIA LETICIA a nova representação da
70 UAMPA (União de Moradores de Porto Alegre), sendo o conselheiro titular o Senhor
71 CARLOS EUGÊNIO SCHUCH COLVARA e conselheiro suplente o senhor PEDRO DA
72 HORA DIAS. Iniciam-se os informes e comunica a Coordenadora que sobre a Comissão
73 de Educação Permanente, as reuniões dos membros desta acontecerão nas segundas
74 terças feiras de cada mês, sendo que a próxima reunião será em 13 de abril. Para esta
75 reunião, já indicamos alguns nomes que irão compor a Comissão que irá discutir,
76 encaminhar, divulgar o Prêmio que o Conselho Municipal de Saúde entregará para
77 pessoas e entidades que se destacassem na área da saúde. Esta proposta foi resultado
78 de nosso ultimo Seminário de Avaliação e Planejamento. Nesta Comissão estamos com
79 uma vaga de Prestador de Serviços e estamos indicando o Senhor Conselheiro ALCIDES
80 POZZOBON. E sobre a representação do Gestor, já encaminhamos a solicitação, por
81 ofício, e aqui solicitamos à BRIZABEL que quem fosse indicado seja da Comunicação.
82 A próxima reunião será em 6 de abril. Teremos também a realização de nosso
83 Seminário Temático, sobre o Papel dos Conselheiros e que temos como proposta de
84 datas 10 e 17 de julho. Solicitamos que se agendem, pois assim que for possível
85 comunicaremos a data definitiva. Teremos também nos dias 20 e 21 de maio próximos o
86 Seminário Educação na Saúde. Já temos pessoas organizando o mesmo e as datas já
87 estão definidas. Outro informe é de que realizamos uma reunião para discutir Plano de
88 Cargos, Carreira e Salários, que aconteceu em 11 de março, onde compareceram
89 algumas entidades, não todas as que convidamos. A próxima reunião será em 22 de abril,
90 neste auditório, as 18 horas. Todas as entidades estão convidadas. Temos um prazo
91 para discutir este processo. Não é definitivo, mas queremos avançar bastante. No dia 17
92 de março, participamos de duas reuniões. Uma foi no Ministério Público Estadual, onde
93 entregamos o Relatório-Denúncia sobre o Programa de Implantes Sub-Dérmicos em
94 Adolescentes, em Porto Alegre. Fizemos a entrega, juntamente com as entidades que
95 assinaram o documento à Dra. MARIA INES FRANCO SANTOS, Coordenadora do
96 Centro Operacional da Infância e da Juventude. Também neste dia participamos de uma
97 reunião do Ministério Público Estadual, que tratou do cumprimento do Termo de
98 Ajustamento de Conduta referente a criação dos cargos e a realização de concurso
99 publico referente as Equipes de Saúde da Família. Estavam presentes o Ministério
100 Público Estadual, o Ministério Publico do Trabalho, O Ministério Publico de Contas, o

101 Procurador do Município, representantes da Secretaria da Saúde, do Gabinete de Gestão.
102 Nesta oportunidade os representantes do Ministério Público decidiram encaminhar uma
103 recomendação ao Prefeito Municipal referente ao cumprimento do TAC. Nós recebemos,
104 na sexta feira passada a NOTIFICAÇÃO RECOMENDATÓRIA (EA-MTP
105 001619.2007.04.000/3/2006) ao município de Porto Alegre. Ela está a disposição de todos
106 os conselheiros que desejam cópia. É procedida a leitura do documento pela senhora
107 Coordenadora MARIA LETICIA (documento com copia anexada à esta Ata). Em função
108 disto o Senhor Prefeito, no dia 22 de março envia ofício 223/10-GP à Senhora Secretária
109 da Administração, SONIA VAZ PINTO (copia anexada junto à esta Ata) a determinar que
110 se abra concurso público para o preenchimento das vagas dos profissionais de saúde
111 (médico, enfermeiro, técnico de enfermagem e odontólogo) às Equipes de Saúde da
112 Família. Determinando também ao Procurados Geral do Município que acompanhe o
113 andamento do processo de contratação, do referido Processo. Determina também à
114 Secretaria da Saúde que à medida que os cargos venham a ser preenchidos pelos novos
115 contratados, realize a substituição das equipes que constituem a Estratégia de Saúde da
116 Família. Solicitou também à Secretaria de Gestão o acompanhamento e viabilização
117 deste processo. Também, comunica o senhor Prefeito Municipal, através do ofício 229/10-
118 GP, de 22 de março, à Senhora Promotora ANGELA SALTON ROTUNNO, que
119 determinou o atendimento à Notificação Recomendatória por ela expedida.(copia em
120 anexa à esta Ata). Manifesta-se a HELOISA ALENCAR, lembrando que sobre o Projeto
121 que estava na Câmara de Vereadores, o mesmo, em 17 de dezembro, foi votado,
122 sofrendo várias emendas e sendo aprovado por unanimidade. Os vereadores presentes,
123 independente de partido, todos concordaram. Virou um “Trem da Alegria”. Este era o
124 Projeto, que o Prefeito iria sancionar ou vetar. Em seu trâmite, após retornar para o
125 Prefeito, o Projeto deveria ter as vistas da Secretaria da Saúde, para que esta se
126 manifestasse, o que não ocorreu. Nós então descobrimos que o Projeto estava indo para
127 a sanção. Nós comunicamos isto aos Promotores e esta reunião que a MARIA LETTICIA
128 relatou aconteceu no limite da sanção do Prefeito, onde principalmente o Ministério
129 Publico do Trabalho alertou que o Prefeito seria responsabilizado pelo descumprimento
130 do TAC É então emitida a Notificação Recomendatória. Cria-se então um problema, pois
131 ficaria difícil o Prefeito vetar algo que foi aprovado por unanimidade. Mas o Prefeito
132 aceita a recomendação e faz inúmeros vetos, apesar de manter algumas propostas que
133 não concordamos, como por exemplo o de criar um Departamento dentro de uma
134 Secretaria onde já temos uma Coordenação de Rede Básica. Além dos 9 Cargos de
135 Confiança. Algo que é importante, que é a questão do vínculo, que o Prefeito cumpriu.
136 Prossequindo, retoma a Coordenadora MARIA LETICIA, informando a todos que o Dr.
137 CARLOS HENRIQUE CASARTELLI é o novo Secretário de Saúde do Município.
138 Conversamos com ele hoje e nos disse que não poderia estar aqui, nesta plenária, por
139 compromisso particular anteriormente assumido. Amanhã deverá ter uma conversa com a
140 Coordenação do Conselho, onde acertaremos uma nova forma de relacionamento.
141 Comunico também a todos que ontem pela manhã o Conselho Municipal de Saúde foi
142 surpreendido, pois houve a assinatura do Protocolo de Intenções entre o Ministério da
143 Saúde, a Secretaria de Saúde do Estado, o Município de Porto Alegre e também o Grupo
144 Hospitalar Conceição. Quando cheguei na Secretaria ontem, fui comunicada de que
145 haveria a assinatura deste Protocolo. Subi no Gabinete e assisti o ato. Solicitei então que
146 o Ministro da Saúde, Dr. JOSÉ GOMES TEMPORÃO, viesse até às dependências do
147 Conselho Municipal de Saúde, no que ele concordou. Ele desceu, conversamos com ele
148 no sentido de dar nossa posição do que acontece aqui na Secretaria Municipal da Saúde.
149 Entregamos a ele os documento relativos ao Instituto Sollus e também sobre os Relatórios
150 de Gestão não aprovados. Conversamos com ele também sobre a situação da Saúde

151 Mental e o apoio do Conselho à Conferência de Saúde Mental. E já aproveitando, sobre a
152 Conferência de Saúde Mental, todos vocês devem estar cientes das dificuldades que
153 estamos tendo no sentido de organizar a mesma. Até agora pela noite ainda não temos o
154 local de sua realização. Sobre o tema, a senhora BRIZABEL ROCHA relata as
155 dificuldades em se conseguir o local, devido a exigüidade do tempo dizendo também que
156 sobre a publicação no Diário Oficial da realização da Conferência, em função da saída do
157 Prefeito FOGAÇA, isto está atrasando e assim que o novo Prefeito, JOSÉ FORTUNATI,
158 assumir, aqui no sentido de ter a tramitação dos documentos passar pela sua assessoria,
159 e conseguir assinar a Resolução, logo será encaminhada para publicação. A
160 Coordenadora MARIA LETICIA encaminha então os demais informes, passando a
161 manifestar-se o senhor HUMBERTO SCORZA considerando importante a atitude do
162 Conselho em solicitar que o Ministro da Saúde comparecesse ao Conselho. E sobre o
163 Grupo Hospitalar Conceição, gostaria de que nos fosse esclarecido, se houve alguma
164 comunicação ao Conselho, pois eles tem sistematicamente desrespeitado o Conselho, o
165 Controle Social, e vide recentemente o que aconteceu em dezembro passado. Talvez
166 esteja tudo correto, mas sistematicamente existem ações entre o GHC e o Ministério da
167 Saúde que somente a posterior são conhecidas. Manifesta-se a MARIA LETICIA,
168 respondendo ao Senhor HUMBERTO de que a idéia em conversar com o Ministro não
169 era de tratar sobre o GHC e sim falar exatamente sobre o nosso papel, que entendemos
170 não está sendo respeitado, pelas diversas instâncias de Gestão, a começar pela Federal.
171 E sobre a vinda do Ministro, foi-nos dito pelo pessoal do Gabinete de quem ninguém
172 sabia desta visita, além do que o documento assinado foi um Protocolo de Intenções.
173 Haverá um Projeto e que posteriormente deverá vir para o Conselho. Fala a seguir o
174 Conselheiro HEVERSON, do Conselho Distrital da Restinga, questionado que amanhã
175 inicia-se o Feriado e como ficará a questão da Vacinação? Também questionando porque
176 a população dos 39 aos 60 anos está fora da Vacinação da H1N1 pelos planos do
177 Ministério da Saúde. Fala a seguir o senhor PEDRO RIBEIRO do Conselho Distrital
178 Glória/Cruzeiro/Cristal. Informa primeiramente que está sendo implantado o Sistema de
179 Informatização das Farmácias Distritais e não houve a informação necessária o que está
180 trazendo transtorno às pessoas, que têm de levar documentos, documentos de terceiros.
181 Isto poderá gerar problemas, como por exemplo, agressões. Também fomos
182 surpreendidos com divulgação de instalação de CAPS AD, pelo GHC e nós temos um
183 CAPS AD que não tem equipe completa e não está cadastrado no Ministério da Saúde.
184 Manifesta-se a seguir o conselheiro ALBERTO TERRES, que inicialmente refere-se a
185 renúncia do Prefeito JOSÉ FOGAÇA, que foi re-eleito para um segundo mandato e após
186 15 meses deixa o cargo. Todos os prefeitos deixam uma marca e no caso quero referir-
187 me à algumas coisas que são marcas deixadas pelo prefeito. Primeiro uma grande
188 precariedade dos Serviços na cidade, no lixo, na iluminação, nas praças, a corrupção da
189 Reação, o caso Sollus, a questão do Projeto PISA (Programa Socio-ambiental),
190 perseguição aos trabalhadores, desrespeito aos movimentos sociais, ao próprio Conselho
191 Municipal de Saúde. É uma marca que fica do governo FOGAÇA. Nós municipais
192 estamos tendo um arrocho. A contratação de Servidores para a Rede Básica não existe. O
193 Plano de Carreira, que é uma luta e até agora não conseguimos. E também aquilo que foi
194 colocado pela Coordenadora, o desrespeito aos Ministérios Públicos, Federal, Estadual,
195 de Contas, do Trabalho, a Constituição e a Lei Orgânica. Espero que o novo Prefeito
196 mude pois a cidade não pode continuar perdendo como perdeu até agora. E é o que
197 esperamos também do novo Secretário da Saúde. Seguindo manifesta-se a conselheira
198 CLARISSA BASSIM, do Sindicato Médico, dizendo que a imprensa divulgou ontem o
199 resultado de uma “coletiva” do Sindicato Médico, dando conta de uma Assembléia dos
200 Médicos Municipalizados, onde foi deliberado o indicativo de greve, tendo como motivo o

201 tempo de 5 anos sem reajuste salarial e plano de carreira. Por volta de dezembro passado
202 foi anunciado pela Fazenda do município que não haveria caixa para nenhum reajuste de
203 servidor e na semana seguinte edita um Decreto aumentando em ????????? de 14
204 Procuradores do Município. Existe um desrespeito e uma impossibilidade da Prefeitura
205 suplementar os médicos. Dos últimos 79 (?) médicos concursados, chamados, de
206 dezembro a março, 24 não assumiram e 20 de fato assumiram. Destes 12 solicitaram
207 exoneração, principalmente por falta de condições de trabalho. O último reumatologista da
208 Rede Pública solicitou aposentadoria. E para informação, o Pronto Atendimento do IAPI,
209 em Saúde Mental, administrado pelo Mãe de Deus, está com problema para contratar
210 Psiquiatra. Isto implica em muitas situações ter que haver a intervenção do Postão da
211 Cruzeiro. Manifesta-se a seguir a conselheira REJANE HAIDRICH questiona à
212 representação do Gestor se há alguma posição sobre a situação do Médico ALEXANDRE
213 da Equipe de Saúde da Família da Coqueiros e quando o Instituto de Cardiologia virá
214 prestar contas no Conselho Municipal de Saúde. Fala a seguir o Conselheiro GABRIEL, do
215 Distrital Noroeste. Inicialmente externo meu repúdio à Coordenação da Unidade de Saúde
216 da Vila Ipiranga pois os tínhamos convocado há mais de mês, para uma reunião hoje,
217 para a formação do Conselho Local de Saúde e não foram capazes de enviar
218 representação, nem da Coordenação, nem de Trabalhador. Apareceram algumas pessoas
219 da região, mas, no entanto ficamos sem poder concluir a reunião. Em segundo lugar, o
220 Parque São Sebastião reclama que apesar das mega operações imobiliárias na região,
221 não conseguiram nada ainda como compensação, no caso a reivindicação é uma Equipe
222 de Saúde da Família entre o Parque São Sebastião e Lindóia. Fala a seguir a conselheira
223 IGNES MARIA SERPA, do Sindicato dos Médicos Veterinários, dizendo que na semana
224 passada houve a morte de uma senhora em uma Clínica de Estética, onde a mesma foi
225 fazer uma cirurgia de Lipoaspiração e veio a falecer. Chamou-me a atenção algo que
226 saiu na mídia, é de que não houve a manifestação da Secretaria de Saúde do município.
227 Houve manifestação do Conselho de Medicina, do Instituto Médico Legal. Onde estava a
228 Autoridade Sanitária? Deveria estar lá para fazer a fiscalização. Deveria estar presente
229 para fazer o papel dela. Isto está no Código Municipal de Saúde e não é o papel da SMIC.
230 Manifesta-se a seguir o Conselheiro JOSÉ ANTONIO do Conselho Distrital Nordeste que
231 vem convidar a todos e principalmente a Coordenação do Conselho para participarem de
232 um debate no dia 7 de abril, sobre a situação da Saúde em Porto Alegre e na região
233 Nordeste, na Escola Chico Mendes. Manifesta-se a seguir a Enfermeira SUSANE
234 MENDES, da Coordenação da Rede de Atenção Básica que, esclarecendo sobre a
235 vacina H1N1, as Unidades de Saúde, a partir de segunda feira, indo até o dia 10,
236 sábado, deverão estar vacinando as pessoas até 29 anos de idade, que é a orientação do
237 Ministério da Saúde. A escala de vacinação é determinada pelo Ministério de Saúde e não
238 sei se é possível fazer diferente do que é orientado. Retoma a palavra a Coordenadora
239 MARIA LETICIA, entrando então na Pauta Principal, que é a apresentação do Parecer do
240 Conselho Municipal de Saúde sobre a Proposta de Plano Municipal de Saúde para o
241 período de 2010-2013. Vou ler para os presente, lembrando dos passos que o Conselho
242 tem trilhado no sentido de ter o Município um Plano Municipal de Saúde, em 2008
243 emitimos a Resolução 32/2008, que nos seus considerandos diz: - **o que dispõe a**
244 **Portaria 399/GM/MS, que estabelece o Pacto de Gestão do SUS; -o que estabelece a**
245 **Portaria 3.332/06 GM/MS, que aprova as orientações gerais relativas aos**
246 **instrumentos do sistema de Planejamento do SUS-PLANEJASUS; - que em 2006 foi**
247 **contratada consultoria, por parte da Secretaria Municipal da Saúde, para coordenar**
248 **o processo de elaboração do Plano Municipal de Saúde; - que em janeiro de 2007**
249 **foi constituído junto ao Conselho Municipal de Saúde, Grupo de trabalho para**
250 **participar das discussões e elaborações do Plano Municipal de Saúde; - que o**

251 processo de discussão do Plano Municipal de Saúde iniciado em 2007 não foi
252 concluído; - que em fevereiro de 2008 foi encaminhado ao Conselho Municipal de
253 Saúde, para análise e apreciação, documento intitulado Plano Municipal de Saúde; -
254 que foi acordado com o Gestor municipal a realização de encontros para a
255 discussão e análise do Plano Municipal de Saúde, em que deveriam estar presentes
256 as equipes técnicas responsáveis pelas respectivas áreas; - que as reuniões
257 realizadas para o debate do Plano Municipal de Saúde não cumpriram seus
258 objetivos, pela ausência do gestor municipal: - que em agosto de 2008 o Conselho
259 Municipal de Saúde recebeu uma segunda versão do documento intitulado Plano
260 Municipal de Saúde; - que na apresentação do referido documento (página 8) é
261 informado que trata-se de um “primeiro produto” e que o Plano é parcial, na
262 medida em que contempla somente “aquelas áreas da Secretaria que tiveram a
263 possibilidade de aplicar os instrumentos sugeridos e as concepções definidas” –
264 que na primeira reunião marcada para a discussão, realizada no dia 28 de agosto,
265 não houve o comparecimento de representantes da Secretaria Municipal da Saúde; -
266 que o Plano Municipal de Saúde é Instrumento fundamental de Gestão e deve
267 contemplar as ações, objetivos e metas para quatro anos; - que a atual gestão,
268 está em final de mandato; - em reunião ordinária de 04/09/2008, RESOLVE
269 APROVAR: 1)Que a proposta encaminhada pela SMS seja analisada na forma de
270 um Planejamento Parcial, para ser debatido como projeto de Plano para o próximo
271 gestor da Secretaria Municipal da Saúde, a partir de 2009. 2)que sejam suspensas as
272 agendas de reuniões para a discussão do documento intitulado Plano Municipal de
273 Saúde, no ano em curso. 3)Que esta resolução seja encaminhada ao Ministério
274 Público Estadual. E foi o que fizemos. Além disso lembramos de outros aspectos e
275 considerações onde está definido o nosso papel, que determinam as Leis, o conjunto de
276 regulamentos que dispõe sobre o Sistema Único de Saúde, fomos até o PLANEJASUS,
277 que é o conjunto de instrumentos que definem o Planejamento do Sistema Único de
278 Saúde e que diz o seguinte: “ Define-se como Sistema de Planejamento do SUS a
279 atuação contínua, articulada, integrada, solidária, das áreas de planejamento das três
280 esferas de gestão do SUS. Planejar consiste basicamente em decidir com antecedência o
281 que será feito para dar condições satisfatórias presentes, ou evitar que as condições
282 adequadas venha a deteriorar-se no futuro. O Plano de Saúde é um instrumento que, a
283 partir de uma análise situacional, apresenta intenções e os resultados a serem buscados
284 num período de 4 anos que expressam os objetivos, diretrizes e metas”. Então, dentro
285 deste Processo todo de discussão que fizemos no Ministério Público, como não houve um
286 avanço em todo este processo o Ministério Público ingressou com uma Ação Civil Pública
287 onde aconteceu uma Audiência Conciliatória onde ficou combinado que o Município de
288 Porto Alegre deveria entregar até o dia 31 de dezembro de 2009 a Proposta do Plano
289 Municipal de Saúde ao Conselho Municipal de Saúde, sob pena de multa de R\$
290 10.000,00 por não entregar. E o Conselho Municipal de Saúde se comprometeu que até o
291 dia 31 de março de 2010, entregar o Parecer sobre a proposta. Apesar dos diversos
292 problemas foi possível cumprir a tarefa e aqui destacamos a atuação da nossa assessora
293 técnica HELOISA ALENCAR e do Conselheiro ALCIDES POZZOBON. Solicito que a
294 Enfermeira SONIA GUTERRES, representando a Assessoria de Planejamento, faça uma
295 apresentação sintetizada da proposta de Plano Municipal de Saúde encaminhada ao
296 Conselho. Manifesta-se então a Enfermeira SONIA, dizendo inicialmente que seria
297 impossível, realmente, apresentar a proposta de Plano Municipal encaminhada ao
298 Conselho, pelo seu tamanho. Diz então que a inspiração para a elaboração da Proposta
299 deu-se no documento do PLANEJASUS, de 2006, Caderno nº 2 das páginas 19 a 25
300 onde é definida a metodologia da elaboração do Plano. Feito o Plano e depois de

301 avaliadas as recomendações do Conselho o mesmo será encaminhado para a aprovação
302 final e ao mesmo tempo iremos elaborar a Programação anual de Saúde. O Plano tem a
303 duração de Quatro anos. Anualmente temos que desmembrá-lo. Os nossos Relatórios de
304 Gestão serão realizados, baseados no Plano Municipal de Saúde. A estrutura básica
305 utilizada para a elaboração do Plano foi de Análise Situacional e elaboração dos
306 Objetivos, Diretrizes e Metas. Dentro da Base Situacional, tem alguns Eixos onde são
307 abordados entre outros o perfil epidemiológico da população, mortalidade, vulnerabilidade,
308 educação, renda, os dados do IBGE e do Atlas de Desenvolvimento Humano. Dando
309 prosseguimento a Coordenadora MARIA LETICIA solicita que a HELOISA ALENCAR
310 apresente então o PARECER ELABORADO PELO GRUPO DE TRABALHO
311 DESIGNADO PELA RESOLUÇÃO Nº 07/2010 .(Documento anexado à esta Ata e
312 arquivado na Secretaria do Conselho). Após sua apresentação a HELOISA comenta que
313 o Grupo teve muita dificuldade em trabalhar. A maior parte das pessoas não
314 conseguiram contribuir de uma forma homogênea. As pessoas que ficaram responsáveis
315 pela Saúde da População Negra, não contribuíram. O que a gente conseguiu discutir com
316 a SONIA é de que o item ficou desfalcado porque não chegou a tempo a contribuição dos
317 responsáveis pela Política. As pessoas que ficaram de ler sobre a Saúde da População
318 Negra, não contribuíram. Manifesta-se o Conselheiro HEVERSON DUTRA, dizendo que
319 no PPA aprovado do Prefeito FOGAÇA, tem 26 itens somente do Programa Receita é
320 Saúde. Num outro Programa há recursos para Alta Complexidade. Na LOAS eu destaquei
321 5 que não estão no PPA e não sei se fecha com o Plano Municipal de saúde. O primeiro é
322 o Hospital Geral da Lomba do Pinheiro, que tem 200 mil reais gravados. Como ficará? A
323 segunda é Ataxiase, que é uma doença que tem recursos, está na LOAS. O terceiro é
324 sobre equinos. O quarto é o COMEN. Aparece no PPA e não aparece na LOAS, o
325 Programa Cadeira Certa, aparece na LOAS e não aparece no Plano. Sobre a questão da
326 Saúde da População Negra manifesta-se a Coordenadora MARIA LETÍCIA, dizendo que é
327 uma das componentes desta Comissão e realmente não chegou a Proposta ao Plano.
328 Procurei a ELAINE, a responsável pela Política, que confirmou que havia todo o trabalho
329 e também estranhou que não havia chegado à Proposta do Plano. A senhora BRIZABEL
330 ROCHA propõe que seja encaminhada cópia do Parecer ao Senhor Secretário da Saúde,
331 da mesma forma que a HELOISA ALENCAR propõe que se encaminhe uma cópia do
332 Parecer ao Ministério Público Estadual. A Coordenadora, MARIA LETICIA coloca para
333 votação, o **PARECER ELABORADO PELO GRUPO DE TRABALHO DESIGNADO**
334 **PELA RESOLUÇÃO Nº 07/2010, bem como as duas propostas de encaminhamento,**
335 sendo aprovado por 16 votos favoráveis, nenhum contrário e uma abstenção. Em nada
336 mais havendo, as 21:20 horas, é encerrada a Plenária e lavrada a Presente Ata.

337
338
339 MARIA LETICIA DE OLIVEIRA GARCIA
340 Coordenadora do CMS/POA

OSCAR RISSIERI PANIZ
Vice Coordenador do CMS/POA

341
342 Ata aprovada na reunião Plenário do dia 06/05/2010.
343
344
345